



Câmara dos Deputados

⑤

PROJETO DE LEI 2.330/2011

17
EMENDA Nº 17 **/2012**
 (Deputado RUBENS BUENO)

Dê-se ao art. 27 do substitutivo ao Projeto de Lei 2.330/2011 a seguinte redação:

"Art. 27. A FIFA equipara-se, para todos os efeitos legais, a fornecedor, e está sujeita a todos os dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor."

JUSTIFICAÇÃO

O art. 27 é uma verdadeira afronta aos direitos dos consumidores: dá poderes ilimitados à FIFA para decidir questões de cancelamento, devolução e reembolso de Ingressos, assim como para alocação, realocação, marcação, remarcação e cancelamento de assentos; permite a venda casada; e autoriza a FIFA a impor cláusula penal nos contratos em casos em que o torcedor queira desistir do ingresso após confirmação do pedido ou após o pagamento do valor do ingresso.

A FIFA deve, sim, estar sujeita ao Código de Defesa do Consumidor e deve responder pela reparação de danos causados ao consumidor, nos termos dos arts. 12 a 14 do CDC.

A defesa do consumidor é direito fundamental, não podendo, portanto, ser restrita e muito menos suspensa, conforme inciso XXXII do art. 5º da Constituição Federal:

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Os direitos do consumidor são inegociáveis.

A suspensão, mesmo que temporária, de direitos fundamentais só seria admitida em casos extremos, como em estado de sítio ou em estado de defesa.

Sala das Sessões em de de 2012.

Deputado RUBENS BUENO
 (PPS/PR)

Fausth

Onorato D. Auer

Assinaturas adicionais:
Assinatura 1
Assinatura 2
Assinatura 3
Assinatura 4
Assinatura 5